



ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE SAÚDE PRISIONAL DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAIS DO AMAZONAS

Data: 08 de maio de 2025

Horário: 14h30

Local: Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henoch Reis)

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, foi realizada a 1ª Reunião da Câmara Temática sobre Saúde Prisional, no âmbito do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas. A reunião, de caráter híbrido, a reunião foi conduzida pela juíza coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Dra. **Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo**, com suporte da assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) e integrante da Secretaria do Comitê, **Luanna Marley** e os integrantes da Secretaria Executiva do Comitê, **Fernanda Priscilla Pereira Calegare e Belchior Marcos Rodrigues**.

A reunião contou com a presença dos(as) senhores(as): Kercia Rodrigues, Supervisora do Escritório Social de Manaus; Mayra Santos, enfermeira do Departamento de Saúde do Sistema Prisional do Amazonas (DSSPAM/SEAP); Keyla Prado, Chefe do Departamento de Reintegração Social e Capacitação (DERESC/SEAP); Guilherme Pina Rocha, servidor colaborador do GMF/TJAM; Fernanda Oliveira da Souza, Assistente Social da Diretoria de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (DAP/SEMSA) e Jeane Leite, Chefe da Divisão Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (DIVRAPS/SEMSA). Na modalidade remota, participaram os(as) senhores(as): Paulo José Benevides dos Santos, magistrado integrante da Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); Etelvina Lobo Braga, magistrada coordenadora da Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) e Meiry Coelho, Assessora



Técnica Territorial do Projeto GENTE da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

A abertura foi realizada pela Secretaria Executiva do Comitê, que contextualizou o papel da Câmara dentro da estrutura do Plano Estadual Pena Justa e apresentou a metodologia participativa de elaboração, inspirada nas diretrizes homologadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 347, destacando que o tema da saúde prisional é transversal e atravessa os quatro eixos do plano: controle da entrada e das vagas no sistema prisional; qualidade da ambiência, dos serviços e da estrutura prisional; processos de saída e reintegração social; e políticas de não repetição do estado de coisas inconstitucional.

A exposição inicial destacou que o Estado do Amazonas enfrenta um conjunto de desafios históricos na garantia do direito à saúde das pessoas privadas de liberdade. A cobertura da atenção básica nas unidades prisionais é limitada, com baixa adesão à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), interrupções de repasses federais, ausência de registro qualificado da produção em saúde e dificuldades de articulação com os municípios. A situação se agrava no interior do estado, onde a maioria das unidades não possui equipe de saúde prisional vinculada ao SUS, sendo o atendimento condicionado à vontade política e à capacidade dos municípios.

Durante os debates, foi apresentado o cenário atual da implementação da PNAISP em Manaus, onde seis unidades prisionais estão cadastradas como Unidades Básicas de Saúde (UBS) no sistema do Ministério da Saúde (CNES), mas apenas uma está efetivamente habilitada e com repasses ativos. A perda de habilitação de outras equipes decorreu da ausência de atualização cadastral e da baixa produção registrada no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), comprometendo o recebimento de recursos federais. Apontou-se, também, a existência de barreiras operacionais relacionadas à duplicidade de sistemas utilizados pelas empresas co-gestoras, à rotatividade de profissionais e à ausência do Grupo Condutor estadual da PNAISP, atualmente desativado, sem os nomes dos integrantes e sua atuação estarem publicados oficialmente, o que compromete a governança e a institucionalidade da política.



Foi ressaltada a necessidade de articulação com as secretarias municipais de saúde, especialmente nos municípios com estabelecimentos penais, para que compreendam sua responsabilidade na adesão e execução da PNAISP. O município de Coari foi citado como exemplo de resistência à adesão, apesar de possuir unidade prisional e receber custodiados. Defensores e magistrados do interior relataram que muitas vezes não há qualquer estrutura de saúde ou mesmo escolta para o atendimento externo.

Outro ponto de destaque da reunião foi o **debate sobre a letalidade prisional**, a partir de dados de pesquisas e relatórios do CNJ, que indicam subnotificação de mortes e ausência de transparência sobre as causas. Mortes por doenças infecciosas, negligência médica, suicídios e homicídios seguem sem investigação adequada e sem fluxo padronizado de apuração. Foi mencionado que o ambiente prisional, com oferta alimentar inadequada, estrutura física degradada e ausência de estímulo à saúde mental, contribui para o adoecimento e envelhecimento precoce da população carcerária.

Ainda durante a reunião, discutiu-se o papel da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da política antimanicomial na atenção à população privada de liberdade e egressa. Avaliou-se como os fluxos pactuados entre sistema de justiça, RAPS e SEAP estão operando e qual a efetividade das articulações com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Destacou-se que Manaus possui cinco CAPS, o que é insuficiente diante da demanda do município, além da ausência da Equipe EAP no estado. Foi pautada a necessidade e urgência do fortalecimento da atenção primária em saúde mental com capacitação de profissionais da APS para ampliar a cobertura, especialmente no acolhimento a pessoas egressas com transtornos mentais ou que fazem usos abusivos de álcool e outras drogas.

Ao final da reunião, foram pactuadas as seguintes deliberações:

1. **Elaboração de Diagnóstico Situacional Detalhado da Saúde Prisional no Amazonas**, com base em dados da SEAP, SEMSA e SES, incluindo número de unidades com equipes habilitadas, número de custodiados atendidos, repasses ativos, produção registrada no PEC e dados sobre letalidade.
2. **Aprimoramento e formalização do Fluxo Interinstitucional para a Política Antimanicomial e RAPS**, com articulação entre GMF, TJAM,



- SEAP, SES, SEMSA, Defensoria Pública, CAPS e Escritórios Sociais, tendo como base a Resolução CNJ nº 487/2023 e o Manual da Política Antimanicomial.
3. **Reunião com a Secretaria Estadual de Saúde e a Procuradoria-Geral do Estado**, para viabilizar a publicação da portaria do grupo condutor estadual da PNAISP e garantir estrutura de governança para a política. A reunião será impulsionada pelo GMF/TJAM, Coordenação Estadual de Saúde do TJAM e SEAP.
 4. **Capacitação Técnica dos Profissionais das UBS Prisionais sobre o PEC e o CNES**, para qualificar o registro de produção e evitar descredenciamentos.
 5. **Inclusão, na matriz estadual do Plano Pena Justa, da meta de alcançar 80% de cobertura da atenção básica nos estabelecimentos penais até 2027**, conforme previsto no Plano Nacional.
 6. **Articulação com a SEMASC (Assistência Social)** e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), para realização de reuniões específicas com os municípios que possuem estabelecimentos penais, visando engajamento na adesão à PNAISP e pactuação de ações intersetoriais.
 7. **Ampliação do diálogo com universidades públicas (UEA, UFAM, IFAM)** para produção de indicadores e participação ativa na formulação de protocolos, fluxos e pesquisas sobre saúde prisional, redução de danos e enfrentamento à letalidade.
 8. **Qualificação da Atenção Primária** sobre Política Antimanicomial, enfrentamento aos estigmas em relação às pessoas egressas e protocolos de saúde com apoio da Escola de Saúde Pública (Esap) - SEMSA e da SENAD.

A próxima reunião da Câmara Temática, foi agendada para o dia **22 de maio de 2025, às 14h**, com pauta específica sobre a **implementação da PNAISP e apresentação do diagnóstico situacional atualizado**.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo reiterado o compromisso das instituições presentes com a qualificação da saúde prisional, o fortalecimento do SUS no sistema de justiça criminal e a superação das violações identificadas pelo Supremo Tribunal Federal.



Manaus-AM, 08 de maio de 2025.

Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo
Juíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema
Carcerário (GMF)

Luanna Marley de Oliveira
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Fernanda Calegare
Secretária do GMF/TJAM

Belchior Marcos Rodrigues
Servidor da SEAP-AM